

"Regulamentação no BC encontra-se em estágio avançado", diz Seixas

por Walkyria Portes
de São Paulo



Antônio de Pádua
Seixas

O plano em estudo pelo Banco Central para a regulamentação da conversão da dívida em investimento encontra-se em estágio avançado, disse ontem, em São Paulo, o diretor do BC para assuntos da dívida externa, Antônio de Pádua Seixas. Segundo ele, porém, o mecanismo não será utilizado como instrumento de negociação com os credores — que deverá ser retomada em trinta dias — “pois é uma decisão do governo permitir ou não a conversão”.

Seixas, que participou do seminário “Cenários Econômicos para Investimento” — discorda que o Brasil esteja atrasado em relação a outros países na questão da conversão, lembrando que o mecanismo já existe há muito tempo na legislação brasileira. Ele preferiu não antecipar detalhes do plano, mas admitiu que poderá haver a fixação de limites mensais, como forma de diminuir o impacto sobre a base monetária.

O diretor do BC considera que o clima para a renegociação é positivo, afirmando que a moratória não é obstáculo. No seu entender, a decisão do Citibank de elevar suas reservas para créditos duvidosos abriu espaço “para outro tipo de negociação”, com mais flexibilidade do que as experiências anteriores. Ele mantém a expectativa de que o País terá acesso a dinheiro novo, especialmente de organismos multilaterais, como Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial.

TÔNICA DA RENEGOCIAÇÃO

O professor da Faculdade de Economia da USP, Celso Luís Martone, considera que desde o ano passado “está óbvio” que a questão da conversão de dívida será a tônica da renegociação, pois não há clima para se repetir esquemas do passado, envolvendo centenas de bancos. A informação que ele tem, contudo, é de que o plano do BC está ainda no início.

Ele defende a conversão, cercada de cuidados, como a imposição de limites mensais de quanto se poderia converter — “com US\$ 18 bilhões pode-se controlar as empresas com ações em bolsa” —, e prazos para repatriação de capital, mantendo-se a legislação no que toca a remessa de lucros e dividendos. Citou como possibilidades a conversão via bolsas de valores, venda de ações de estatais e capitalização de bancos estrangeiros no País.

Martone defendeu ainda a rápida retomada da negociação, “atrasada em quatro anos”, como forma de deter a sangria de reservas, não evitada com a moratória. Segundo ele, está havendo perda de reservas de cerca de US\$ 400 milhões por mês, “situação que não poderá se sustentar por mais três meses”. Seixas, contudo, afirmou que não são esses os números do Banco Central.

Outra voz em defesa da conversão foi a de Francisco Sanchez, presidente da Companhia Brasileira de Participação e Risco, que afirmou nunca ter entendido a lógica da opção brasileira pelo endividamento fechando-se ao capital de risco”. Ele qualificou como xenofóbicas as críticas a esse mecanismo. “É preciso ter medo do endividamento excessivo”. A dívida, frisou, exige pagamento de juros, enquanto a sócios só se paga lucros, quando há.